

PARA ONDE VÃO AS LICENCIATURAS? A FORMAÇÃO DE PROFESSORES E AS POLÍTICAS PÚBLICAS

Este artigo discute e pontua questões fundamentais em relação à formação de professores e às políticas públicas, perpassada pela provocadora indagação: para onde vão as licenciaturas? Tarefa nada fácil, nesta conjuntura, a de explicitar formas de elaboração de políticas públicas que melhor respondam à necessidade de formação de professores no Brasil. Nesta direção, primeiramente situa o tema de formação de professores frente à situação de um mundo globalizado. Em seguida, por aproximações sucessivas, destaca as discussões atuais no país em relação às temáticas. Por fim, pontua como as universidades enfrentam de maneira árdua a questão das licenciaturas diante das políticas públicas e suas determinações e além disso tudo busca pensar algumas formas de resistência: que é exatamente como resistir, primeiro à barbárie, depois às suas conseqüências.

Em primeiro lugar quero dizer de minha alegria por retornar a Santa Maria, depois de 20 anos. Foi em 1978 que estive aqui, pela primeira vez, a convite da Associação dos docentes da UFSM, à época precedida pelo saudoso Prof. Sérgio Pires que, preocupado em colocar a discussão do momento político, trazia para o interior de nossas atividades representativas a questão sindical (estávamos tentando sair da ditadura, clamando por anistia e liberdade - isso parece tão distante, mas foi ontem para a história). Eu era uma jovem professora recém contratada, mas já querendo participar, (herança do movimento estudantil e de outras estrepolias do tipo) aceitei vir, como observadora, à reunião organizada por vocês. Era uma novidade grande pensar que as Associações de Professores Universitários, que até então tinham um cunho meramente associativo, como embriões de um forte sindicato de uma década depois - A ANDES - SN.

Seguindo o exemplo dos metalúrgicos do ABC, que haviam feito sua primeira greve, desafiando a ditadura, os professores mais politizados (o que sobrou da limpa pós 69) retomaram a coragem e, uma a uma, as Associações foram mudando de mãos e de perspectiva. Na UFSC, ganhamos a eleição em outubro de 78, certamente também motivados pelo trabalho do pessoal da UFSM que, como manda a tradição gaúcha, ajudou a puxar os vizinhos.

Volto, hoje, depois de muitas andanças, com uma tarefa nada fácil, outra vez. Falar de formação de professores nesta conjuntura, aceitando a provocadora pergunta tema deste Seminário - Para onde vão as Licenciaturas? sem ceder à tentação simplista, quase irada, de quem passou meia vida discutindo e propondo formas de participar da elaboração de políticas públicas que melhor respondessem à necessidade de Formação de Professores no país e, hoje, percebe no que resultou toda uma década de discussão em torno da LDB, e dizer o óbvio: vão para os Institutos Superiores de Educação, como já disse o Conselho Nacional de Educação. É quase impossível....

Na verdade não é isso que temos discutido e nem é isso que vamos permitir que aconteça. Não sem que uma ampla e grande discussão, que já iniciamos e vai bem adiantada, haja vista a grande produção a respeito do tema e os inúmeros movimentos organizados pelas universidades, como este, e por entidades como a ANFOPE, o próprio Fórum de Diretores das Faculdades/ Centros de Educação, a ANPEd, entre outros, assim indique. Só agora, no mês de novembro, além deste Seminário, vai acontecer o V Congresso Estadual Paulista sobre Formação de Educadores (VCEPFE) e o II Seminário Nacional da ANFOPE, na UFF, no Rio de Janeiro.

Nosso acúmulo de discussão permite que reafirmemos serem as universidades o locus privilegiado dessa formação, ao mesmo tempo em que também anunciamos mudanças mais do que nunca necessárias não só nas Licenciaturas como também nos cursos de Pedagogia. A oportunidade é agora, quando precisamos também nos integrar na discussão sobre as Diretrizes Curriculares dos Cursos de Pedagogia e de Licenciaturas.

Para levar a cabo a tarefa que me solicitaram e a que me propus, vou me utilizar da reflexão acumulada e dos trabalhos elaborados pelo conjunto das universidades que compõem o Fórum dos Diretores de Faculdades/ Centros de Educação das Universidades Públicas, de que faço parte e que, certamente, é responsável por minha presença aqui neste momento. Vou me utilizar, também, dos muitos artigos e estudos já publicados por professores que participam das várias entidades que têm esta questão como objetivo central de suas preocupações e lutas. Não serei, portanto, nada original, mas tentarei apresentar de forma sintética o que poderíamos chamar de o estado atual da questão.

Organizarei minha intervenção, hoje, da seguinte forma: primeiramente vou tentar situar o tema da formação do professor frente à situação mais geral, falando um pouco e despretensiosamente sobre o

mundo e seu atual estágio civilizatório. Em seguida, por aproximações sucessivas, vou dizer alguma coisa sobre como está essa discussão no país e, por fim, como sofremos nas universidades, a partir da experiência vivida na UFSC (qualquer semelhança neste caso, não é mera coincidência), a influência de todas essas determinações e, quem sabe, tentar pensar em algumas formas de resistência, que é exatamente do que se trata: como resistir, primeiro à barbárie, depois às suas conseqüências.

Impossível falar da formação de professores neste final de século sem falar, um pouco que seja, da cara do mundo neste estágio do desenvolvimento das forças produtivas, ou seja, do estágio do modo capitalista de produção, e suas decorrências, uma vez que a globalização é hoje um desafio de caráter mais do que político ou econômico. É, sobretudo, um desafio para o pensamento humano.

Por ocasião de uma decorrência organizada pelo Centre for International Studies in Education, da Universidade de Bristol, em janeiro de 1998, Jacques Hallak fez uma exposição sobre o tema Educação e Globalização e assim se referiu à globalização.

"A globalização enraíza-se na combinação da liberalização dos intercâmbios de bens e serviços, assim como dos movimentos de capitais internacionais. Esse fenômeno apareceu há muito tempo como desenvolvimento do comércio internacional, porém, somente há alguns anos, intensificou-se consideravelmente, graças a um contexto político e ideológico particularmente favorável ao seu desenvolvimento, bem como à aceleração das inovações tecnológicas, especialmente no campo da comunicação." (boletim do IYPE, abril-junho de 1998, p.1).

Outras poderiam ser as definições sobre o que seja globalização, mas para o escopo desta palestra é suficiente que se observem as mudanças que este fenômeno exige em termos de transformações no mundo do trabalho e, conseqüentemente, no modo de se encarar o papel da educação nesse contexto.

Sob o aspecto material a humanidade encontra-se nesse momento frente a um dilema: quanto maior o avanço tecnológico, maior é a exclusão da imensa maioria ao acesso desses benefícios. A explosão do consumo de recursos naturais, principalmente nos chamados países desenvolvidos; o crescimento exponencial da população mundial nos lugares mais miseráveis; a deterioração e a destruição do meio ambiente; os desequilíbrios econômicos e financeiros, assim como a extrema desigualdade na distribuição da renda e das oportunidades diante da vida, nos países em geral e particularmente nos países em desenvolvimento, ou subdesenvolvidos, são fenômenos que nos obrigam a refletir e a considerar que talvez a capacidade civilizatória do capital esteja em xeque.

E esta é uma questão para ser pensada como de natureza mais estrutural, como se fora a moldura de um grande movimento histórico.

Decisões em quaisquer matérias deixaram de ser limitadas à determinado âmbito local ou regional, pois suas conseqüências pouco entendem de limites geográficos ou políticos, mas se materializam em efeitos secundários imprevisíveis e destrutivos, quase sempre: são as guerras nacionalistas que produzem massas migratórias enormes; são gases tóxicos que invadem os ares de todo um continente; são índices nunca vistos de desemprego e marginalização daquilo que em passado recente se chamava de classe operária; são greves generalizadas, ou, o que é mais grave, a ausência de qualquer mobilização pelo medo de perder o emprego; são massas de famintos perambulando pela África, Ásia, América Latina, incomodando a consciência (ou talvez nem isso mais) daqueles que ainda comem; são altas taxas de inflação (ou programas de estabilização a qualquer custo); são milhares de Sem Terras ou Sem Tetos; são índices absurdos de criminalidade e delinqüência em qualquer parte desse planeta, mas de forma mais trágica em países do chamado Terceiro Mundo. A lista poderia continuar e se tornaria infundável, se não a interrompêssemos para dizer alguma coisa de possibilidade positiva, pelo menos em tese, da globalização.

Estão dadas concretamente, pelo avanço tecnológico, as condições objetivas de se diminuir o trabalho humano na produção de bens suficientes e de qualidade para suprir as necessidades de sobrevivência de toda a humanidade; estão aí os avanços da técnica que nos permite em tempo quase real, ou supra real, saber em poucos momentos o que acontece no outro mundo; estão aí os "nerdes" ou os internautas e sua possibilidade quase infinita de comunicação com qualquer pessoa conectada na mundial NET em que se transformou o planeta; estão aí, e são um tipo novo de aluno, jovens, que se souberem e puderem acessar ao conhecimento disponível em rede podem, sem dúvida, questionar a alua e as anotações de seus professores.

Esta transformação em direção a uma interação planetária e universal encerra, certamente, aspectos fascinantes, por um lado, mas, por outro, cria situações desconcertantes e de grande ansiedade nos indivíduos que, de repente, sentem-se estranhos e alienados de qualquer referencial conhecido. A desintegração do que era tradicional e familiar e o que se concebia como estranho é acentuada pela velocidade das mudanças. No prazo de uma vida o entorno do ser humano muda tão freqüente e radicalmente que o aprendido ontem pode parecer cada dia menos útil para a vida de amanhã, podemos pensar.

Resumindo, podemos dizer que a globalização pode ser apreendida nos planos material, social e

temporal. Em todos eles as pessoas, quer vivam em países industrializados, quer vivam nos chamados países em desenvolvimento, têm problemas com estes novos desafios, pois têm que aprender a funcionar frente a situações de grande complexidade e de experiências divergentes em vários planos, já que vivemos uma época histórica em que a rapidez das mudanças de conduta das pessoas são ultrapassadas de longe pelo ritmo das pessoas são ultrapassadas de longe pelo ritmo das mudanças sociais, contrariando a sociologia clássica. Nossa capacidade de resolver problemas perde em muito para o crescimento rápido desses mesmos problemas.

Que possibilidade têm os humanos de dar conta dessa complexidade? Que classe e que nível de conhecimentos e habilidades têm que possuir para resolver problemas complexos? Que pedagogia, pois, poderá corresponder a estas exigências?

Não são estas questões desafios enormes para uma pedagogia que se pretende em compasso com seu tempo? Que objetivos se devem definir para a educação diante dessa situação? E de que forma se deveria organizar ou ordenar os conteúdos para a aprendizagem? Que professores, então, formar?

Os seres humanos são capazes de compensar seus limites genéticos (sua dotação genética própria da evolução da espécie humana), ou seja, a falta de evidências sensoriais por meio da linguagem e do pensamento abstrato. São, então a linguagem, o pensamento a ciência e a técnica que nos põem em condições de sair de nosso mesocosmos e, por conseguinte, nos permitem enfrentar situações e fenômenos de grande complexidade, como os que nos apresenta uma sociedade globalizada.

Como disse Wollmer, um psico-pedagogo alemão que me ajudou a compreender um pouco mais as novas requisições de uma pedagogia para os tempos atuais:

"Em síntese, podemos, pois, fazer constar o seguinte: a dotação genética do ser humano com faculdades sensitivas está especializada na percepção e resolução de problemas de seu entorno imediato e, portanto, se torna disfuncional para a situação de hoje. Esta disfuncionalidade pode, no entanto, ser compensada pelas capacidades do cérebro humano cujos esforços de abstração cognitiva, especialmente nas áreas que não só estão preocupadas com o saber acumulado, mas sim que colocam em primeiro plano a capacidade de pensar e de refletir sobre as questões são postos a funcionar." (Wollmer, apud Scheunpflug, 1997)

Tais esforços permitem, como já dissemos, compensar os déficits de percepção sensorial e são sumamente importantes para se abordar os problemas atuais colocados pelo desenvolvimento da sociedade global.

Não existirá, certamente, o método ideal para ensinar nossos alunos a enfrentar a indefinição e a complexidade de nosso dias, mas sim haverá alguns métodos potencialmente mais favoráveis do que outros. Tampouco há de se supor uma receita universal para ensinar as pessoas a maneira de agir convenientemente ante realidades complexas, indefinidas e dinâmicas, pois não existem tampouco receitas para tais realidades.

O que podemos ousar, então, é colocar alguns marcos de orientação:

1. Que se ensine a partir de certas problemáticas concretas e conseqüentemente, interdisciplinares.

O crescimento multiplicado dos saberes acumulados da humanidade faz ser quase impossível a seleção dos conteúdos a serem ensinados. Acervos intelectuais tradicionais não faltam, pelo contrário, a questão é qual escolher. Para além da educação básica, condição primeira para se seguir aprendendo, então, a proposta é basear o ensino na busca de soluções para problemáticas colocadas. Como os problemas são complexos, a busca de solução depende de ações coletivas e do aporte de várias ciências.

2. Que se busque o conhecimento capaz de abstração.

Esta deve ser a tarefa principal e fundamental da reflexão pedagógica. Sua obrigação será ir adiante da simples experiência sensorial que dessa forma passa a ser apenas um meio para se chegar a um determinado fim. Como apenas uma fração minúscula do mundo é ainda acessível através da experiência sensorial do indivíduo, a maioria das informações necessitam ser transmitidas em forma de experiências de outras pessoas. A aprendizagem na sociedade globalizada, então, requer níveis altíssimos de abstração. O esforço didático, assim, terá que combinar aproximações orientadas da ação ao pensamento abstrato.

3. Que se exercite a tomada de decisões e o método da elaboração de perguntas.

Os resultados recentes de trabalhos realizados no campo da psicologia da aprendizagem e do conhecimento têm colocado em evidência a necessidade de aprender a fazer perguntas, de aprender a tomar decisões e a estruturar formas de atuar sobre a realidade.

4. Que se exercite a capacidade de enfrentar situações de insegurança e imprevisibilidade.

Nos tempos modernos, os nexos entre causa e efeito se transformam em algo quase contingente. Aparentemente, não se tem mais clareza sobre o que causa o que. O que poderia ser igual, pode muito bem ser diferente. As ilusões podem ser destruídas e as esperanças frustradas em frações de segundos. O tempo imaginário é indistinguível das direções no espaço. Se pode ir para o norte, pode-se virar e tomar o rumo sul; da mesma forma, se se pode ir para a frente no tempo imaginário, deve-se poder virar e ir para trás. Isto significa que não pode haver diferença importante entre as direções para a frente e para trás do tempo imaginário. Por outro lado, quando se olha para o tempo "real", há uma diferença muito grande entre as direções para a frente e para trás, como todos sabemos. De onde vem esta diferença entre o passado e o futuro? Por que lembramos o passado e não o futuro?. (Stephen W. Hawking, Uma Breve História do Tempo, apud Giddens, 1991). Os modelos vigentes de educação, no entanto, foram desenhados para transmitir segurança. Os livros oferecem respostas únicas e assim transmitem uma segurança não mais existente. É preciso, então, ensinar nosso aluno a se haver com a estranheza, com a ignorância, com a provisoriabilidade das soluções. Sem dúvida hoje já não é admissível definir o saber como uma unidade, como um conjunto fechado de verdades.

5. Que se cultivem as mudanças de perspectivas.

O alto grau de complexidade da sociedade global faz com que fique difícil definir verdades. Os jovens de hoje têm que aprender que não é mais possível (se é que um dia foi) dar definições corretas e completas sobre algo de forma definitiva. A perda de segurança que isso traz requer como consequência didática o exercício da capacidade de mudança de perspectiva. Em outras palavras, é preciso desafiar em nosso alunos a possibilidade de enxergar os fatos de vários pontos de vista e relativizar suas conclusões e definições sem perder de vista, no entanto, o rigor científico com que se deve encarar o trabalho de conhecer. Todo o conteúdo do ensino é uma observação do mundo que se faz a partir do mundo mesmo e isto, muitas vezes, fica ocultado para os próprios sujeitos desse processo - alunos e professores que, dessa forma, perdem sua própria liberdade de ensinar e aprender a partir de um ponto de vista que não seja dogmático e moralista.

Depois dessa primeira provocação, passemos a falar um pouco da situação do magistério no país, nestes tempos de estabilização da moeda e de redução do tamanho do Estado. Entenda-se tentativa de economizar cortando investimentos em políticas de saúde, educação e bem estar social, em benefício da acumulação cada vez mais insana do capital.

Falemos, pois, de nós mesmos. Brasil tem o pior educação básica e maior contingente relativo de analfabetos, diz relatório da ONU (FSP 31 de julho de 1994, em seu Caderno especial sobre educação):

"Enquanto nos países desenvolvidos a competitividade ultrapassa o âmbito das empresas e engloba a capacitação das sociedades como um todo, o Brasil bate recordes na produção em massa de anticidadãos. Levantamento do UNICEF revela que o país tem o pior desempenho de todos, quando comparada a taxa de evasão do ensino básico com as potencialidades econômicas nacionais."

Pelo seu estágio econômico, continua o relatório, seria esperado que 88% das crianças matriculadas no primeiro grau concluíssem a 5ª série, a faixa limite do chamado analfabetismo funcional, mas só 39% chegam lá.

O Brasil, assim, está em último da lista, atrás da Somália, Etiópia e Haiti, a desoladora trindade da miséria. Como diz, ainda, o artigo da Folha, Ensino básico no Brasil nunca foi prioridade. Sempre foi instrumento de marginalização e não de integração social; sempre foi arma eleitoral, nunca de ação administrativa.

A taxa oficial de analfabetismo no Brasil é de 18%. Isto quer dizer que, para as estatísticas, cerca de 28 milhões de brasileiros não sabem nem ao menos identificar letras. A situação de boa parte dos 82% não analfabetos não é muito melhor do que a dos que nunca foram à escola, já que o critério oficial identifica alfabetizados pela capacidade de saber escrever um bilhete simples. Conceitos mais exigentes, no entanto, abarcariam quase 60 milhões de brasileiros na categoria de analfabetos. Critérios mais refinados, defendidos por educadores, estabelecem a exigência mínima de quatro anos de escolaridade para que alguém não seja considerado analfabeto funcional. Isto é, aquele capaz de aproveitar de alguma forma produtiva a instrução que recebeu e não regredir.

No Brasil, quase a metade da população de mais de 10 anos de idade não completou este ciclo. O critério que qualifica alguém que saiba rabiscar um bilhete como alfabetizado foi estabelecido pela UNESCO em 1958. A revolução tecnológica nos sistemas produtivos, no entanto, certamente, desqualifica esse critério.

Mais recentemente, a mesma folha de São Paulo (26/09/98) publica o Mapa da Exclusão que revela com toda a cruzeza a miséria do povo brasileiro, agravada pelas consequências do Plano de Estabilização

da política neoliberal do atual e reeleito governo. Diz a reportagem:

"O Brasil tem hoje pelo menos 25 milhões de miseráveis - o equivalente à três Suécias ou à população total do Peru. Esse é o número de brasileiros com 16 anos ou mais, que no patamar mais baixo da pirâmide social. Representam 24% do total da população brasileira nessa faixa etária e ganham, em média, R\$ 131 por mês. Deles, 45% estão no Nordeste, e 83% são analfabetos funcionais (isto é, tem menos de quatro anos de estudo). Os outros 17% não completaram as oito séries do 1º grau. Nenhum grupo social concentra tantas pessoas com menos de quatro anos de estudo. Mesmo entre os pobres eles representam apenas 15% do total do grupo. Em resumo, os dados mostram que se uma pessoa tiver 16 anos e for analfabeto funcional, ela tem mais de 80% de chances de ser também miserável."

Por esses dados, fica muito clara a relação entre a miséria, desemprego, educação. A baixa escolaridade, entre outros fatores, tem conseqüências diretas sobre a inserção econômica dos miseráveis. Logo, a bandeira política de **Toda a criança na Escola** erguida primeiro pelos educadores, hoje apropriada pela propaganda governamental, faz sentido. Mas nós continuamos dizendo em que escola e com que educadores.

Ainda para ilustrar a situação profissional dos professores, faço uso de um artigo da FSP de 09/03/97, onde o professor Alfredo Bosi denunciava o apreço das políticas educacionais pelo governo pelas "coisas" em detrimento das pessoas. Assim se expressava o professor:

"O mal de base do nosso ensino primário não é a falta de vagas e, menos ainda, a escassez das salas de aula. A quase totalidade das crianças em idade escolar tem acesso ao 1º grau. Tampouco o ínfimo rendimento do ensino deveria ser atribuído a problemas de saúde dos alunos de baixa renda ou à "carência cultural" de suas famílias, como por algum tempo se propalou. Fatores semelhantes já se constatavam nos anos 40 e 50, quando, porém, as professoras primárias, as saudosas normalistas, obtinham resultados sensivelmente melhores que os atuais."

Longe de corroborar o saudosismo do querido mestre, por razões óbvias, (e olha que eu fui normalista), é interessante acompanhar seu raciocínio para chegar ao ponto de inflexão do sistema atual de ensino - o professor - que o articulista chama carinhosamente de mestre-escola. Continua o texto Uma simples vista d'olhos na tabela nacional dos salários dos professores primários acende uma luz no labirinto do fracasso escolar brasileiro. Tanto a sociedade civil quanto o Estado agem como se ignorassem este fato cotidiano, mas espantoso: o nosso professor primário é remunerado como se fosse um operário não qualificado.

Mais, ainda, fazendo comparações entre os vencimentos de docentes da rede oficial em vários estados, cada vez vai ficando mais indignado com os resultados que culminam com a espantosa cifra de R\$ 2 por aula nas províncias, diz ele, mais aquinhoadas. Quando fala de SP, diz, "o ensino bandeirante continua enterrado em covas rasas. E o sul maravilha? (Continua irônico), Paraná R\$ 2,45 e R\$ 3,16 por aula; Santa Catarina R\$ 2,23 e R\$ 2,42; Rio Grande do Sul R\$ 2,05 e R\$ 2,42.

O arrocho é a regra, seja nos estados mais desenvolvidos, seja no Norte e Nordeste. E conclui brilhantemente: "Continua, pois, vigorando o primado das coisas sobre os professores. Computadores e TVs aos milhares sem professores respeitados e estimulados são sucata virtual. Livros didáticos sem mestres que os leiam e os trabalhem com garra e entusiasmo são pilhas de papéis destinados ao lixo e ao esquecimento".

Todos concordam que não há como começar a reverter esse quadro sem tornar novamente valorizada a carreira de magistério. Isto é, pagando melhores salários, ao mesmo tempo em que se exige melhor formação. Vejamos o que diz a esse respeito o documento do Fórum dos Diretores, produzido em sua última reunião nacional (03 e 04/09/98) e intitulado Carta de Salvador:

"É imperativo reiterar que o fulcro da crise não é a formação - embora esta seja fundamental - mas sim a degradação progressiva de sua identidade profissional, incompatível com a formação que eles dedicam as instituições universitárias e provocadora do abandono da profissão e dos próprios cursos de Licenciaturas."

Ora, a falta de atratividade da profissão faz com que os potenciais alunos das licenciaturas ou da Pedagogia calculem muito bem a relação custo - benefício, quando vão escolher que curso fazer. O esforço despendido para passar no vestibular e permanecer num curso exigente e sério faz com que eles avaliem com o mesmo cuidado suas aptidões e o retorno profissional que terão. Não é por acaso que a evasão nas Licenciaturas é altíssima em cursos como os de Matemática, Física, Química, Biologia, para citar os casos mais extremos, mas que também atingem níveis bastante altos nos demais. (A Evasão nas Universidades - Fórum de Pró-Reitores de Graduação das IES/1996)

Esta situação tem recebido do governo um tratamento se não mal intencionado, no mínimo, equivocado. Sob a justificativa de que as universidades não estão dando conta de formar em número e em qualidade adequada em suprir as necessidades do país, atacam-nas com a reedição, via LDB/ Darci

Ribeiro, Artigos 62 e 63, dos hoje bastante falados Institutos Superiores de Educação, como a grande panacéia para o problema da formação de professores. Caso alguns de vocês não tenham bem claro o que são esses Institutos, teremos bastante oportunidade de falar sobre eles com mais detalhes no transcorrer deste seminário.

Vejam agora o que diz sobre isso a professora Acácia Küenzer em seu trabalho apresentado na reunião anual da ANPEd/98, que, também, representava a posição do Fórum de Diretores das Faculdades de Educação:

"Para caracterizar o "locus" mais adequado à formação dos profissionais de educação é preciso compreender os determinantes políticos que sustentam a proposta de criação Dos Institutos Superiores de Educação, justificada pela crise das Faculdades de Educação que, segundo o discurso oficial, não tem conseguido dar respostas a curto prazo para a nova realidade marcada pela globalização."

Como esta crise é parte de outra mais ampla e que afeta todo o sistema público de educação, continua o documento:

"Compelido pelos atores internacionais a diminuir o custo do Estado para assegurar a estabilidade da economia, o Governo tem obedecido às políticas do Banco Mundial para a educação como forma de ter acesso a financiamento e fazer frente a situações de curto prazo. Estas políticas podem ser resumidas nos seguintes tópicos:

- substituição do conceito de universalidade pelo de equidade, isto é, a cada um educação segundo sua "competência", seja para seguir o ensino acadêmico, seja para prender um trabalho;
- diferenciação do modelo tradicional de Universidade, criando os Institutos Profissionais, politécnicos, para ofertar cursos Pós - Médio ou de capacitação, desde que mais curtos e com custo mais baixo;
- fomento à oferta privada de ensino, particularmente para oferta de cursos pós -médio e de cursos profissionais de curta duração;
- redefinição da função do Estado relativa ao financiamento da Educação, diminuindo sua presença nos níveis superior e médio, e priorizando o ensino fundamental; estimulando as iniciativas públicas e privadas a oferecer cursos mais "adequados e eficientes" para atender às demandas do mercado de trabalho o que significa dizer de duração mais curta e mais baratos.

Estas políticas têm sérias implicações para as Faculdades de Educação e para a definição das modalidades de formação dos educadores.

A primeira tendência que se configurou, já na proposta de substitutivo à LDB apresentada pelo Senador Darcy Ribeiro, foi a de delimitar novo espaço para a formação de professores: os Institutos Superiores de Educação, como alternativa "síntese" das escolas normais e cursos de Pedagogia e Licenciaturas, passando a exercer o que eram as suas funções, só que de forma aligeirada e de baixo custo: formação de professores em cursos pós-médios, cursos superiores não universitários, qualificação e requalificação permanente dos docentes em exercício, tudo sob a responsabilidade das secretarias de Estado de Educação, "em articulação", ou não, com as Universidades.

Ao retirar a formação de docentes da Universidade, contrariamente o que ocorre nos países em que a democratização da educação realmente ocorre, adota-se uma concepção elitista de ensino superior, voltado para a formação de cientistas e pesquisadores, o que, para o legislador(e para o Estado que abraça as políticas do Banco Mundial) não é o caso dos educadores, cuja formação dispensaria o rigor da qualificação científica e da apropriação de metodologias adequadas à produção do conhecimento em educação. Esta concepção é reforçada através do entendimento de que qualquer profissional que tenha ensino superior, ou até mesmo médio, pode ser professor desde que faça, nos Institutos, a complementação pedagógica, descaracterizando-se, assim, as licenciaturas. É interessante argüir o contrário: por que os professores não podem, mediante formação adicional, ser advogados, médicos ou engenheiros?"

Se levarmos em conta que o trabalho acima referido foi escrito antes do anúncio da derrocada da ex-União Soviética e, conseqüentemente, antes da crise agudizada nos países emergentes, entre os quais o Brasil, chamado de bola da vez, podemos avaliar o que as medidas de contenção de gastos que o governo está anunciando/ anunciou, pós segundo turno poderão significar para as políticas públicas, já que desta vez nem educação, nem saúde serão poupadas.

O que fazer, então, frente a esse quadro cada vez mais sombrio? Para onde vão, finalmente, as Licenciaturas? Voltamos à pergunta inicial, mas já anunciamos que a depender das universidades e das entidades que defendem a formação do professor enquanto tarefa complexa e de longo prazo, elas vão continuar nas universidades. Senão vejamos: Que instituição a não ser as universidades teriam como princípios e mesmo possibilidades: (Carta de Salvador - Fórum de Diretores/98)

- produzir o conhecimento a partir da pesquisa e da reflexão crítica sobre a prática pedagógica;
- considerar como objeto de estudo as aparentes/reais contradições entre teoria e prática, conteúdo e forma e como compromisso a educação para a cidadania;
- busca constantemente os fundamentos teóricos da prática, num trabalho que demanda os tempos necessários ao fazer - pensar - fazer, essenciais à construção de uma práxis transformadora.

Os Institutos Superiores podem vir a ser criados e regulamentados como leva a crer o adiantado da discussão no Conselho Nacional de Educação. Alguns estados podem se interessar por ver neles a possibilidade de obter financiamento no Banco Mundial para formar professores mais rapidamente e com menor custo, já que sua perspectiva é pragmática e imediatista, logo, pouco preocupada com a qualidade dessa formação. Seu negócio são números e estatísticas favoráveis. Podem, também, se iludir no início e perceber depois que não darão conta da tarefa (como já aconteceu em outros países que tiveram a mesma experiência). As universidades, por seu lado, deverão continuar a fazer o seu trabalho de bem formar educadores, amparados na sua história, no conhecimento educacional acumulados pelas Faculdades/ Centros de Educação e pelos demais cursos de Licenciaturas que com elas cada vez mais vêm se articulando, no sentido de rever e revitalizar suas propostas de formação de professores.

Voltando ao Texto de Küenzer, agora para finalizar minha intervenção podemos dizer que:

As competências e habilidade básicas de um profissional com esse perfil, cuja formação não deve apenas atender às exigências imediatas do mercado de trabalho, mas contribuir para a intervenção social na construção da cidadania, podem ser definidas a partir das seguintes competências:

- teórica: domínio de conhecimentos científicos para o desenvolvimento do trabalho pedagógico com base na articulação teórico-prática que possibilite a compreensão de como se dá a aquisição, a produção e a sociabilização do conhecimento, enquanto processo coletivo de construção;
- prática: capacidade de pensar, coordenar, propor, orientar e executar o trabalho pedagógico no âmbito da escola, dos sistemas de ensino ou em outros contextos organizacionais, educacionais e culturais, envolvendo diferentes sujeitos, sejam individuais ou coletivos, compreendendo os problemas fundamentais do processo aprendizagem - ensino.
- político - social: compreensão de que a prática profissional está inserida num contexto social mais amplo, o que requer a vinculação do projeto educativo ao projeto político - social, comprometido com a construção de uma sociedade autônoma e incluyente.
- Inter-relacional: compreensão dos profissionais como seres sociais que se entendem a si mesmos e ao grupo social na dinâmica afetiva (doc. Região Centro - Oeste).
- A formação do profissional de educação que contemple as dimensões acima citadas só será possível, se assentar-se sobre sólida formação em pesquisa, compreendida como parte integrante de sua prática profissional, enquanto práxis transformadora; só assim, ele poderá ser "crítico de problemas socioculturais e educacionais educacionais e propor ações criativas para enfrentar as questões de qualidade do ensino e medidas que visem superar a exclusão social (doc. FE/UFMG).

A pergunta final, pois, é: quais são as possibilidades de se alcançar tais objetivos em nossos atuais cursos de licenciatura? Vejamos:

Os curso de licenciatura, encarregados de formar os professores têm sofrido ainda mais do que os outros cursos de graduação a falta crônica de verbas e de infra-estrutura para funcionar de maneira adequada, pois ainda têm que levar em conta a crescente desmotivação de professores e alunos frente à situação de desprestígio social e desvalorização econômica da carreira do magistério para a qual, em tese, estão formando.

É preciso ter claro, desde o início, que se advoga uma formação rigorosa no âmbito dos conteúdos específicos, sem ciar na ingênua ou desinformada formulação, tão em moda ultimamente, depois das falas ministeriais sobre a questão, de que basta dominar o conteúdo para ser um bom professor de qualquer disciplina. É preciso reconhecer a complexidade da tarefa, rompendo com essa visão simplista, porém ainda presente. O desafio que se coloca, então, é como articular teoria e prática, sem cair no praticismo, e, no caso das licenciaturas, como relacionar de forma adequada a formação da área específica do conhecimento com a pedagógica.

Como superar o etapismo e a fragmentação das propostas tradicionais?

Já há muitas discussões e trabalhos concretos a esse respeito. O Prof. Luiz Carlos de Freitas (Em Aberto - INEP:1992) muito bem nos advertia:

Um dos problemas para se conseguir uma boa formação técnica e pedagógica é a maneira etapista com que os cursos são estruturados : primeiro a abordagem teórica e depois a prática. Separam-se elementos indissociáveis como se o conhecimento pudesse ser primeiro adquirido para depois ser praticado. Esta última etapa, em nossos cursos, acaba ficando restrita a algumas disciplinas chamadas de Metodologia e Práticas de Ensino ou Estágio Supervisionado, as quais já encontram

difficuldade em estabelecer relações adequadas com a teoria, porque este momento curricular já passou. É necessário se instituir uma dinâmica curricular que relacione mais cedo esses conteúdos em uma nova articulação dos diferentes autores - professores dos conteúdos específicos e professores dos conteúdos pedagógicos.

É mais do que hora de apresentar mais cedo aos alunos, futuros (ou então já) professores questões interdisciplinares sobre a escola e seus determinantes sociais, políticos e técnicos. É mais do que hora de se estudar com os alunos conteúdos das ciências que permitem um embasamento sólido a respeito das teorias da aprendizagem e das possibilidades que tais estudos podem abrir para a docência. É preciso que nossos alunos de licenciatura compreendam desde logo os limites e possibilidades de sua atuação e de seu papel na transformação da realidade. O eixo curricular, então, deve ser o trabalho pedagógico em todas as suas formas (dentro e fora da escola).

Como continua Freitas, o trabalho como eixo articulador do currículo, remete-nos ao trabalho pedagógico real, vivo - dentro e fora das instituições educacionais formais - e permite que agreguemos outro elemento extremamente importante para a formação profissional: a pesquisa.

E por falar em pesquisa, aqui também é bom lembrar que ao nível do senso comum, mas arraigado em muitos professores está a noção de que trabalhar com pesquisa é coisa para iniciados ou é algo só necessário para os bacharéis. Não há pesquisa possível ou necessária para estudantes de licenciatura, "afinal, vão ser só professores", completa o preconceito.

A compreensão de que essa dupla articulação trabalho-pesquisa é importante na formação dos professores altera substancialmente os próprios métodos de ensino adotados, em sua grande maioria verbalistas e livrescos, encaminhando-os na direção do que apontávamos na primeira parte desta palestra.

Finalmente, contradizendo uma corrente que hoje está em voga e que trabalha com a idéia de que é preciso aligeirar a formação dos professores porque há muita criança precisando ser ensinada e as escolas estão demandando professores formados nas diversas áreas, principalmente, nas áreas mais científicas - matemática, ciências, física, química, geografia. É preciso defender com veemência a qualidade da formação teórica do professor. Nada de simplificar a relação teoria/prática alegando que a formação do professor tem sido demasiado teórica e que estaria faltando privilegiar a prática. Não é verdade que a formação teórica tem sido boa o suficiente. É preciso que nossos alunos dominem os fundamentos das ciências que se propõem a ensinar e não se contentem com arremedos e caricaturas, fatais para sua atuação profissional.

Concluindo, que já me alonguei demais, penso que deixei muitas questões, talvez mais do que pretendesse, para serem pensadas e discutidas aqui mesmo, na continuidade dos trabalhos, e, quem sabe, no âmbito de nossas instituições, sempre tentando mostrar/provar que o lugar da formação dos professores é e continuará sendo nas Universidades.

Referências Bibliográficas

BOLETIM DO IIPE. **Educação e Globalização**. V.VXI, n.2. abr./jun. 1998.

CARTA DE SALVADOR. Documento final da reunião nacional do Fórum de Diretores de Faculdades/Centros de Educação das Universidades Públicas. 1998.

GIDDENS, Anthony. **As conseqüências da Modernidade**; São Paulo; editora da Universidade Estadual Paulista, 1991.

FREITAS, Luiz Carlos de. Em direção a uma política para a formação de professores. **Em Aberto**, Brasília, v.12, n.54, p.3-22, abr./jun.1992.

KUEZER, Acácia Zeneida. A formação dos profissionais da educação: proposta de Diretrizes Curriculares Nacionais. Documento apresentado na reunião anual de **ANPEd/98**.

SCHUNPFLUG, Annette. La globalización como desafío al aprendizaje humano. **Educación**, Tubigem, v. 55, p. 76-86, 1997.

[Edição: 2000 - Vol. 25 - Nº 01](#) > [Editorial](#) > [Índice](#) > [Resumo](#) > **[Artigo](#)**